

## Bolsonaro quer acabar com estabilidade e diminuir número de servidores federais

Dez meses depois de assumir o comando do país sem apresentar sequer um projeto de aquecimento da economia, o governo Jair Bolsonaro (PSL) prepara mais um ataque contra os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Após a conclusão da votação da reforma da Previdência, prevista para o dia 22, o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, deve apresentar uma proposta de reforma Administrativa que atingirá de forma brutal as conquistas e os direitos de servidores públicos federais. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também considera esta reforma uma prioridade.

Entre as medidas já anunciadas pelo governo estão a revisão de licenças e gratificações, avaliação de desempenho, fim da estabilidade para novos servidores e 'regras de transição' para os atuais servidores, criação de contratos temporários e aproximação de salários aos de trabalhadores do setor privado.

O Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, rebate os argumentos da equipe econômica de que a "máquina do Estado" é inchada, os salários são altos e os trabalhadores são privilegiados por terem a estabilidade e por isso é preciso fazer a reforma.

Segundo o dirigente, os salários não são altos, a estabilidade protege os trabalhadores de maus gestores, como Bolsonaro e, ao contrário do que diz o governo, não existe excesso de servidores e servidoras e, sim, déficit. Ele lembra ainda que são esses trabalhadores os responsáveis pela qualidade do serviço prestado à população em áreas fundamentais como saúde e educação.

Sérgio Ronaldo da Silva desmente todas as justificativas do governo para mais essa ofensiva contra a classe trabalhadora. Confira a seguir.

### Mentira 1: altos salários

De acordo com o Secretário-Geral da Condsef, no executivo, atualmente, o governo federal tem em sua folha 602 mil trabalhadores na ativa. Se somados aos aposentados e pensionistas o número sobe para 1 milhão 270 mil servidores. Desse total, 63% têm rendimentos de até seis salários mínimos (R\$ 5.988,00) e 70% ganham até oito mínimos (R\$ 7.984,00).

"Como o servidor pode ser considerado privilegiado com essa faixa salarial?", questiona Sérgio Ronaldo, que complementa: "apenas 0,8% do funcionalismo público federal têm salários acima de R\$ 29 mil reais". Ele diz que é 'mentirosa' a informação de um estudo feito pelo Banco Mundial (Bird) de que a maioria dos servidores brasileiros ganha salários acima de R\$ 10 mil.

O estudo apresentado recentemente considerou que a política de salários do setor será crucial para a economia brasileira. Mas Sérgio Ronaldo considera falacioso o discurso de que o custo da folha de pagamento é alto: "não tem fundamento. Mesmo com todas as amarras do Orçamento, inclusive com o teto dos gastos públicos e com a limitação de até 50% da receita líquida do orçamento para a folha, hoje o que se investe é 40% do que é permitido".

### Mentira 2: privilégios

Apontado como um dos principais ataques à categoria, o fim da estabilidade faz parte das medidas que Bolsonaro e Guedes pretendem implementar.

O servidor público tem que ser visto como funcionário do Estado e não de governos, diz Sérgio Ronaldo, ressaltando que "governos passam, trabalhadores ficam".

Ele reforça também que "estabilidade não é privilégio. É uma conquista que protege os trabalhado-

res de maus gestores, como o que ocupa o cargo de presidente da República atualmente".

Mesmo com a estabilidade, explica o dirigente, cerca de 500 servidores são demitidos por ano, em situações específicas previstas em lei.

Atualmente, um servidor público é passível de demissão em casos específicos, após abertura de processo administrativo. A lei 8.112/1990 prevê desligamento em casos como crimes contra a administração pública, abandono de cargo, faltas, improbidade administrativa, aplicação irregular de verbas públicas, corrupção e acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

### Mentira 3: excesso de servidores

Ao contrário do que alega o governo, o Brasil não tem excesso e, sim, déficit de trabalhadores, afirma Sérgio Ronaldo, da Condsef, desmentindo mais um argumento da equipe econômica de Bolsonaro.

De acordo com o dirigente, o Brasil tem 12,1% dos trabalhadores no setor público federal, estadual e municipal - metade do número de servidores de países desenvolvidos. No Canadá, por exemplo, são 20,4%, na Grécia, 22%, na Dinamarca, 34,9%.

O que o governo ignora, segundo o Secretário-Geral da Condsef, é que o número de trabalhadores no setor público deve ser avaliado de acordo com o número de habitantes no país. Em 1988, o Brasil tinha 164 milhões de habitantes e 710 mil servidores públicos federais na ativa. Hoje, 31 anos depois, são mais de 210 milhões de brasileiros e 620 mil trabalhadores no serviço público federal.

Sérgio questiona: "onde está o inchaço?". Para ele, as mentiras ditas pelo governo Bolsonaro têm o intuito de iludir a opinião da sociedade, classificando o serviço público como ineficiente, oneroso e arcaico.

Fonte: CUT



## ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº17/2019

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP /MA, nos termos dos artigos 21, caput; 23, §§ 1º e 2º; 25 e 26, § 1º. I, do Estatuto, convoca todos os associados em gozo dos seus direitos, para participarem da Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas, no dia 28 de novembro de 2019, às 14h00min em primeira convocação com o quórum mínimo, dos associados aptos a votarem, de cinco por cento (5%) e às 14h30min em segunda convocação com o quórum mínimo, dos associados aptos a votarem de um por cento (1%), no Auditório do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão, sito à Avenida Newton Bello, 524 – Monte Castelo, nesta, para aprovarem ou não a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2018.

São Luís, em 13 de outubro de 2019.

Raimundo Pereira de Souza,  
Presidente.



## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2020

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº019/2018

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP /MA, nos termos dos artigos 45,b em conformidade com os artigos 26, § 1º, II, b;25 e 23, §§ 1º e 2º, do Estatuto, convoca todos os associados em gozo dos seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Aprovação da Previsão Orçamentaria do Exercício de 2020, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, no Auditório do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão, sito à Avenida Newton Bello, 524 – Monte Castelo, às 16h00min em primeira convocação com o quórum mínimo, dos associados aptos a votarem, de 5% (cinco por cento) e às 16h30min em segunda convocação com o quórum mínimo de 1% (um por cento) dos associados aptos a votarem.

São Luís, em 15 de outubro de 2019.

Raimundo Pereira de Souza,  
Presidente.

**QUEREM ROUBAR SUA APOSENTADORIA!**

**REAJA AGORA!**

[reajaagora.org.br](http://reajaagora.org.br)